

SUMÁRIO

Art. 1º

▶ Execução fiscal	1
▶ Legislação de regência	1
▶ Aplicação subsidiária do CPC	1
▶ Relação de complementariedade entre o CPC e a LEF	2
▶ Aplicação do CPC na hipótese de existência de regra na LEF	2
▶ Créditos tributários e lei complementar	3
▶ Retrospectiva histórica da inter-relação entre a LEF e o CPC	4
▶ Dívida Ativa da Fazenda Pública	4
▶ Certidão de dívida ativa	5
▶ Fazenda Pública x Fazenda Nacional	5
▶ A pretensão executiva fiscal	7
▶ Evolução histórica do tratamento legal da cobrança dos créditos da Fazenda Pública	7
▶ Legitimidade ativa para propositura da execução fiscal.	9
▶ Correios (EBCT)	9
▶ FGTS e a celebração de convênios	9
☐ Natureza e destinação da multa	9
▶ Inconstitucionalidade formal de resolução do Senado que permite que os entes federativos transfiram a cobrança da dívida ativa a instituições financeiras	9
▶ Conselhos de Fiscalização Profissional	10
☐ Natureza jurídica e requisitos	10
▶ Condição de procedibilidade	10
▶ Alteração legislativa	11
☐ Aplicabilidade imediata às ações em curso	11
☐ Multa administrativa	11
☐ Termo <i>a quo</i> do prazo prescricional	11
☐ A lei não exige que sejam executadas quatro [atualmente cinco] anuidades, mas, sim, o valor equivalente à soma de quatro [atualmente cinco] anuidades	12

■ O valor mínimo para execução fiscal é o valor de cinco vezes a anuidade máxima (teto previsto em lei), ainda que o referido conselho cobre anuidade em valor inferior.....	13
■ O art. 8º e as execuções fiscais propostas antes de sua vigência.....	13
■ Súmula 66 do STJ.....	14
■ Súmula 396 do STJ	14
■ Cancelamento do registro antes de atingido o patamar de quatro [agora cinco] anuidades.....	14
■ Inconstitucionalidade da lei que delega aos conselhos a competência para definir as anuidades sem parâmetro legal.....	14
■ Constitucionalidade da lei que estipula teto para as anuidades.....	15
■ Anotação de Responsabilidade Técnica e poder de polícia.....	15
▶ Impossibilidade de manejo de ação monitória.....	16
▶ OAB	16
■ O art. 8º da Lei nº 12.514/2011 e as anuidades da OAB.....	16
■ Jurisprudência em teses (STJ).....	18
■ Imposto Territorial Rural (ITR).....	18
■ Súmula 139 do STJ	18
▶ Confederação Nacional da Agricultura (CNA)	18
■ Súmula 396 do STJ	18
▶ Empresas públicas e sociedades de economia mista.....	18
▶ Concessionárias de serviço público.....	19
▶ Órgão de representação judicial	19
▶ Conselhos de Fiscalização Profissional.....	20
▶ Município resultante de desmembramento realizado em desacordo com o art. 18, § 4º, da CF/88 não detém legitimidade ativa para a cobrança de IPTU de imóvel situado em território a ele acrescido.....	20
▶ Legitimidade passiva	20
▶ Multa ambiental.....	20
■ Súmula 623 do STJ	21
▶ Pessoas jurídicas de direito público.....	22
▶ Pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta do ente exequente.....	23
▶ Empresas públicas, sociedades de economia mista e serviço social autônomo.....	23
■ Impenhorabilidade dos bens afetados à prestação de serviços.....	24
▶ Estados estrangeiros.....	24
■ Renúncia expressa à imunidade de execução.....	25

☐ Débitos de IPTU: execução fiscal pode ser ajuizada contra alienante por débitos anteriores à alienação	26
▶ Impossibilidade de manejo de demais meios coercitivos.....	27
☐ Inconstitucionalidade de lei que condiciona a emissão de notas fiscais à prestação de garantia	27
☐ Inconstitucionalidade da lei que vincula a prática de atos empresariais à quitação dos créditos tributários	28
▶ É constitucional a exigência do CTB de quitação dos tributos, encargos e multas para que os veículos possam circular.....	28
☐ Retenção da mercadoria importada até o pagamento dos direitos <i>antidumping</i> não viola e Súmula 323 do STF	29
☐ Havendo previsão no edital a responsabilidade por débitos de IPTU posteriores à arrematação é do arrematante, ainda que postergada a respectiva imissão na posse	29
☐ Súmula 70 do STF.....	30
☐ Súmula 127 do STJ	30
☐ Súmula 323 do STF	30
☐ Súmula 547 do STF	30
▶ Manejo de medidas executivas atípicas.....	30
☐ Impossibilidade de aplicação de medidas executivas atípicas na execução fiscal: suspensão de CNH e passaporte.....	30
☐ Enunciado 48 da ENFAM	32
☐ Enunciado 12 do FPPC.....	32
☐ Enunciado 396 do FPPC.....	32
☐ Intervenção do Ministério Público.....	32
☐ Súmula 189 do STJ	33
▶ Intervenção fundamentada na defesa dos deveres institucionais do MP.....	34
▶ Enunciado nº 123 do FFPC.....	34
▶ Intervenção na hipótese de discussão da constitucionalidade de lei.....	34
▶ Obrigatoriedade de intervenção do MP na e xecução fiscal em face de Município revel.....	35

Art. 2º

▶ Dívida Ativa da Fazenda Pública: definição e hipóteses legais.....	36
▶ Definição da Lei nº 4.320/1964.....	37
▶ Redefinição parcial do conceito.....	37
▶ Principais efeitos da inscrição em dívida ativa.....	38

▶ Estabelecimento de empresa que tenha CNPJ individual não tem direito a certidão negativa em seu nome, se houver pendências de outros estabelecimentos do mesmo grupo (matriz/filial).....	38
▶ Benefícios previdenciários recebidos indevidamente.....	41
▣ As inscrições em dívida ativa dos créditos referentes a benefícios previdenciários recebidos indevidamente antes da MP nº 780 são nulas, podendo ser reiniciadas se o crédito não estiver prescrito.....	42
▶ Créditos decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação trabalhista.....	42
▶ Multas impostas pelos Tribunais de Contas: execução comum.....	43
▶ Legitimidade para execução: próprio ente prejudicado.....	44
▣ O Município prejudicado é que tem legitimidade para executar multa imposta pelo TCE agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.....	46
▶ Multa decorrente de condenação criminal transitada em julgado: MP e, subsidiariamente, Fazenda Pública.....	46
▣ Súmula 521 do STJ, editada antes da decisão do STF.....	50
▣ Inadimplemento da multa pecuniária e extinção da punibilidade do apenado.....	50
▣ Legitimidade do MP para promover medida que garanta o pagamento de multa penal assecuratória.....	51
▶ Transmissão da dívida decorrente de condenação criminal aos herdeiros.....	51
▶ Foro competente para a cobrança da multa decorrente de condenação criminal.....	52
▣ Inadimplemento e extinção da punibilidade.....	53
▶ Multa decorrente de condenação criminal: prescrição.....	54
▶ Multa punitiva.....	55
▶ Transmissão aos herdeiros e sucessores.....	55
▶ Multa punitiva e sucessão patrimonial.....	56
▣ Súmula 554 do STJ.....	58
▶ Multa por ato atentatório à dignidade da justiça.....	58
▶ A respeito da regra do art. 77, §§ 1º a 3º do CPC/2015.....	59
▶ Ato atentatório à dignidade da justiça praticado pelo próprio Estado.....	60
▶ Movimentações financeiras não informadas na declaração de imposto de renda.....	60
▶ Procedimento.....	61
▣ Súmula vinculante 24 do STF.....	61
▣ Tarifa de água.....	61

▶ Crédito constante em título judicial.....	62
▶ Condenações e multas do CADE.....	62
▶ Cédula de crédito rural.....	63
☐ Possibilidade de manejo da execução fiscal.....	64
☐ É inadmissível a penhora de bem já hipotecado por força de crédito rural, salvo, dentre outros, em face de execução fiscal.....	67
☐ Impossibilidade de ajuizamento de execução fiscal para cobrança de salário indevidamente recebido por servidor público.....	67
▶ Abrangência da dívida ativa.....	68
▶ Valor consolidado da dívida.....	68
▶ Cálculo dos acessórios.....	69
☐ Inexistência de prejuízo à liquidez da dívida ativa.....	69
▶ Acessórios: rol exemplificativo.....	70
▶ Juros de mora e atualização monetária.....	70
▶ Juros de mora nos créditos estaduais.....	71
☐ Súmula 27 do TJSP.....	72
☐ Súmula 19 do TJPE.....	72
☐ Súmula 4 do CARF.....	72
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários federais.....	72
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos do Banco Central.....	73
▶ Juros de mora e atualização monetária. Créditos não tributários dos demais entes.....	73
☐ Enunciado 20 do Conselho da Justiça Federal.....	76
☐ Enunciado 164 do Conselho da Justiça Federal.....	76
☐ Incidência de juros sobre a multa de ofício.....	76
▶ Juros e multa de mora na execução contra a massa falida.....	78
☐ Taxa SELIC.....	79
▶ FGTS: créditos recolhidos, mas não depositados pelo empregador.....	79
☐ Súmula 459 do STJ.....	80
☐ Súmula 249 do STJ.....	80
▶ Juros de mora e suspensão da exigibilidade do crédito: a concessão de medida liminar não interrompe a incidência de juros de mora.....	80
☐ O depósito integral afasta a incidência de juros de mora no período.....	81
☐ Súmula 5 do CARF.....	82
☐ Súmula 405 do STF.....	82
▶ Cumulação de juros e multa de mora.....	82
☐ Súmula 209 do extinto TFR.....	83

▶ Multa de ofício.....	83
▶ Incidência de juros de mora sobre multa de ofício.....	83
▶ Termo inicial.....	87
▶ Crédito tributário federal: juros e multa de mora.....	87
▶ Juros de mora.....	88
▣ Taxa SELIC não é cumulável com outros índices.....	88
▶ Multa de mora nos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	88
▣ A anistia prevista pela Lei nº 11.941/2009 pode ser aplicada também quando da conversão em renda do depósito judicial em ação judicial já transitada em julgado.....	89
▶ Demais encargos na dívida ativa da União.....	89
▶ Constitucionalidade do dispositivo.....	90
▶ Encargos legais englobam honorários advocatícios e custas processuais, não sendo possível condenação autônoma.....	91
▣ O CPC não revogou o encargo do DL nº 1.025.....	92
▶ Redução do percentual.....	93
▣ Súmula 168 do TFR (extinto Tribunal Federal de Recursos).....	94
▶ Execuções fiscais das autarquias.....	94
▣ Execuções fiscais propostas contra pessoas jurídicas de direito público.....	94
▣ O encargo pode ser exigido da massa falida.....	94
▣ Súmula 400 do STJ.....	95
▣ Natureza jurídica controvertida dos encargos legais do DL nº 1.025.....	95
▣ “Crédito não tributário destinado à recomposição das despesas necessárias à arrecadação, à modernização e ao custeio” e “mero benefício remuneratório”.....	97
▶ Encargos legais.....	98
▶ INSS.....	98
▶ CVM.....	98
▶ INCRA.....	99
▶ FGTS.....	99
▣ SUNAB.....	100
▶ Encargos legais e o regime específico de honorários advocatícios nas causas em que a Fazenda Pública for parte.....	100
▶ Quando não incluído como encargo na CDA, os honorários arbitrados no despacho do juiz devem observar o art. 827 do CPC e não o art. 85, § 3º do CPC.....	101

☐ Desistência da execução fiscal e encargos de sucumbência.....	102
☐ Súmula 153 do STJ	102
☐ É constitucional, desde que observado o teto remuneratório, lei estadual que destina aos procuradores honorários na hipótese de quitação de dívida ativa em decorrência da utilização de meio alternativo de cobrança administrativa ou de protesto de título. "	102
▶ Inscrição em dívida ativa X constituição do crédito tributário.....	103
▶ Obrigação e crédito tributário: a linha divisória do lançamento	103
▶ Declaração do contribuinte, lançamento e inscrição em dívida ativa	104
☐ Súmula 436 do STJ	106
▶ Confissão de dívida no documento que formalizar o cumprimento de obrigação acessória.....	106
☐ Depósito judicial equivale ao lançamento por homologação: se a Fazenda aceita como integral o depósito, aquiesce com o valor apresentado pelo contribuinte.....	106
▶ Declaração apresentada após o transcurso do prazo decadencial: decadência do crédito tributário.....	107
▶ Prazo para constituição do crédito tributário: lançamento de ofício X lançamento por homologação.....	107
☐ Súmula 555 do STJ	108
▶ Inscrição em dívida ativa pressupõe exaurimento do processo administrativo	108
▶ Lançamento tributário: ato administrativo.....	109
▶ Inscrição do crédito em dívida ativa: controle preventivo de legalidade.....	109
▶ O processo administrativo fiscal.....	111
▶ Suspensão do prazo prescricional: inaplicabilidade aos créditos tributários ...	111
▶ Dever de oportunidade do pagamento voluntário antes da inscrição em dívida ativa.....	112
☐ A entrega da DCTF constitui crédito tributário, que pode ser cobrado após a compensação ser considerada não declarada pela autoridade competente, sendo afastada, portanto, a decadência.....	113
▶ Competência da PGFN para apurar e inscrever créditos de natureza tributária em dívida ativa. Inaplicabilidade aos Estados e Municípios. Autonomia dos entes federativos	113
▶ Créditos não-tributários e a competência da PGFN.....	114
▶ Créditos previdenciários	114
▶ Créditos constituídos pelo INSS em decorrência de benefício indevido ou a maior, inclusive na hipótese de revogação de decisão judicial.....	114
☐ A reforma da decisão que antecipa os efeitos da tutela final obriga o autor da ação a devolver os valores dos benefícios previdenciários ou assisten-	

ciais recebidos, o que pode ser feito por meio de desconto em valor que não exceda 30% da importância de eventual benefício que ainda lhe estiver sendo pago	116
▣ Desconto de até 30% do valor do benefício, ressalvada a hipótese de boa-fé objetiva	118
▶ Competência e validade da inscrição em dívida ativa	119
▶ Transferência dos créditos da Secretaria da Receita Federal para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para fins de inscrição e cobrança	119
▶ Inscrição de débitos de pequeno valor	121
▶ Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	121
▶ Advocacia-Geral da União (AGU)	122
▣ Não cabimento da extinção sem resolução do mérito no caso de execução fiscal de pequeno valor. Arquivamento	122
▣ Requisitos para o arquivamento dos autos: requerimento do procurador e ausência de garantia	123
▶ Demais créditos	124
▶ Termo de Inscrição em Dívida Ativa. Elementos necessários	125
▶ Elementos essenciais	126
▶ Ausência de um dos elementos e nulidade do título	126
▶ Temperamento da exigência legal. Interpretação finalística. Não há nulidade sem prejuízo	126
▶ Possibilidade de emenda da CDA. Possibilidade até decisão de primeira instância	127
▶ Instrução da petição inicial com demonstrativo de cálculo	127
▣ Súmula 559 do STJ	128
▣ Indicação do CPF e/ou RG na execução fiscal	128
▣ Súmula 558 do STJ	128
▣ Localização do executado: expedição de ofício à Receita Federal	128
▶ Desnecessidade de notificação do sujeito passivo da inscrição do crédito em dívida ativa	129
▶ Procedimento	129
▶ Inclusão do nome do devedor e corresponsáveis. Responsabilização dos dirigentes e inversão do ônus da prova	129
▣ STJ	129
▶ LEF	131
▶ CDA: espelho do processo administrativo	131
▣ Deve ser assegurado aos potenciais legitimados passivos o exercício do contraditório e da ampla defesa	134

▶ Portaria PGFN nº 180/2010 e Portaria RFB nº 2.284/2010. Garantias do contraditório e da ampla defesa.....	134
☐ Tributos lançados de ofício e ausência de processo administrativo.....	135
▶ CTN: exceções à independência da personalidade jurídica. Atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.....	135
▶ Dissolução irregular da sociedade empresária.....	136
☐ Mera devolução de AR não cumprido não basta à caracterização de dissolução irregular.....	136
☐ Súmula 430 do STJ.....	136
☐ Súmula 435 do STJ.....	136
▶ Dissolução irregular da sociedade empresária e redirecionamento da execução fiscal: aplicabilidade a dívidas não tributárias.....	136
☐ Prescrição da pretensão de redirecionamento: termo inicial.....	139
☐ Dissolução irregular após a citação da empresa.....	139
☐ Somente a dissolução irregular autoriza o imediato redirecionamento da execução para os sócios.....	141
☐ O simples fechamento de filial de pessoa jurídica não basta para fundamentar a inclusão do sócio no polo passivo.....	141
☐ Defensorias Públicas Estaduais como <i>amici curiae</i> no debate da questão do redirecionamento.....	141
▶ Redirecionamento da execução fiscal para sócio que não tinha poderes de gerência à época do fato gerador.....	142
☐ O redirecionamento fundado na dissolução irregular não pode afetar sócio que não deu causa à dissolução.....	143
☐ O redirecionamento fundado na dissolução irregular pode ser autorizado contra o sócio ou terceiro com poderes de administração na data em que configurada a dissolução, ainda que não tivesse tais poderes na época do fato gerador do tributo.....	144
☐ Pode haver redirecionamento para empresa sucessora para crédito posterior à incorporação, mas ainda lançado no nome da sucedida, se a incorporação não foi oportunamente informada.....	145
☐ Em se tratando de extinção regular de micro e pequenas empresas, é possível a responsabilização do sócio pelo inadimplemento, cabendo-lhes demonstrar a insuficiência do patrimônio quando da liquidação, para exoneração da responsabilidade pelos débitos.....	146
☐ Sucessão empresarial e ineficácia da alienação: a decretação da ineficácia do negócio jurídico por parte do juízo falimentar não impede que o juízo da execução fiscal continue decidindo que houve responsabilidade tributária decorrente de sucessão empresarial.....	147

▶ Os atos ineficazes pela Lei de Falências não são nulos ou anuláveis, mas ineficazes perante a massa falida.....	147
▣ A produção de efeitos de eventual alteração no contrato social em relação a terceiros pressupõe sua publicização por meio de registro, o que autoriza o redirecionamento da execução fiscal a sócio que se retirou da sociedade, mas ainda não havia registrado essa alteração.....	147
▣ Não pode haver redirecionamento da execução fiscal de ofício.....	148
▣ O redirecionamento não afasta a responsabilidade da pessoa jurídica.....	149
▶ Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Inaplicabilidade ao feito executivo fiscal. Pendência de julgamento de recurso repetitivo, que definirá o tema.....	150
▣ Enunciado nº 53 da ENFAM	153
▣ Enunciado nº 6 do_Fórum de Execuções Fiscais da 2ª Região (FOREXEC).....	153
▶ Redirecionamento da execução fiscal e dispensa de instauração do incidente. Exceções.....	154
▣ Possibilidade de redirecionamento contra o sócio-gerente pela suposta prática de crime falimentar, mesmo sem o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.....	156
▶ Desconsideração da personalidade jurídica nas relações jurídicas regidas pelo Código Civil.....	157
▶ Prazo para o Fisco acionar os sócios. Prescrição.....	158
▶ Termo <i>a quo</i> para a contagem da prescrição intercorrente	158
▶ Protesto da CDA. Forma indireta de cobrança. Possibilidade.....	159
▣ Execução fiscal não depende do protesto de CDA	167
▣ O protesto de CDA não depende de lei local que autorize essa modalidade de cobrança	167
▶ Inscrição do devedor nos órgãos de proteção de crédito.....	168
▣ É possível utilizar o sistema Serasajud nos processos de Execução Fiscal.....	170
▣ Não há necessidade de prévia inscrição em dívida ativa para inscrição do devedor em cadastro restritivo de crédito, mas deve a Administração Pública comprovar a dívida com documento idôneo.....	171
▣ É constitucional a comunicação da inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres.....	172
▣ Não cabe a inscrição do Estado-membro em relação a pendências administrativas quando os débitos já foram submetidos ao pagamento por precatórios.....	173
▶ Vedação à adoção de sanções políticas para constranger o contribuinte ao pagamento de débitos tributários.....	173

☐ Dano moral por execução fiscal indevida	174
☐ No caso de execução fiscal indevida, o termo inicial dos juros de mora é a data do ajuizamento da primeira execução fiscal	174
▶ Elementos da Certidão de Dívida Ativa.....	175
▶ Preparação, numeração e subscrição do Termo de Inscrição. Processo manual, mecânico ou eletrônico	175
▶ Forma de materialização da inscrição	175
☐ Impossibilidade de análise dos requisitos do título na instância extraordinária.....	175
▶ Matéria de ordem pública.....	177
☐ A decretação da nulidade depende de prejuízo ao executado.....	178
▶ Possibilidade de emenda da CDA até a decisão de primeira instância	178
☐ A decisão de primeira instância a que se refere o dispositivo é a sentença dos embargos à execução fiscal.....	179
▶ Execução fiscal não embargada	179
☐ Desnecessidade de emenda no caso de alteração que demande apenas cálculos aritméticos	179
▶ Pagamento parcial seguido de emenda ou substituição não afeta a liquidez do título.....	180
▶ Vícios que autorizam a substituição.....	181
▶ Impossibilidade de emenda para alteração do polo passivo.....	182
☐ Súmula 392 do STJ	183
☐ Nulidade sanável. Dever de intimar a Fazenda antes da extinção do feito.....	183
☐ Possibilidade de emenda no caso de falência da pessoa jurídica executada..	184
▶ Falência decretada no curso da execução autoriza retificação da CDA.....	185
▶ Pretensão impugnatória parcialmente acolhida.....	186
▶ Falecimento do executado. Impossibilidade de alteração do polo passivo, até mesmo para inclusão do espólio, se a inscrição foi procedida no nome do <i>de cujus</i> após a sua morte.....	186
▶ Emenda da CDA e devolução do prazo para embargos	187
▶ Prazo para cobrança do crédito tributário: prescrição.....	188
☐ Termo <i>a quo</i> : constituição definitiva do crédito tributário.....	188
▶ A geração do DCG Batch, apontando os débitos do contribuinte nascidos da divergência em realce, não implica novo lançamento tributário.....	190
☐ A reclamação proposta contra o ato que exclui o contribuinte do programa de parcelamento não suspende a exigibilidade do crédito tributário.....	190
☐ Exclusão formal do programa de parcelamento e prescrição. Momento em que nasce a pretensão de cobrança dos valores devidos.....	191

■ Necessidade de prévia intimação do contribuinte para que ocorra a exclusão do REFIS.....	191
■ Modulação de efeitos	192
▶ Demora da Fazenda em apreciar pedido de parcelamento e inércia em cobrar. Prescrição da pretensão	192
■ Pedido de parcelamento interrompe o prazo prescricional:.....	193
■ Súmula 653 do STJ	193
▶ Parcelamento de ofício NÃO interfere no prazo prescricional.....	193
▶ Prazo para cobrança do IPVA.....	194
▶ O prazo para cobrança do IPTU	195
▶ O lançamento se perfaz com a notificação, mas a pretensão de cobrança surge após ultrapassada a data de pagamento.....	196
■ Parcelamento do IPTU de ofício não suspende o prazo prescricional.....	196
■ Não incidência de IPTU sobre área de proteção ambiental.....	197
■ Súmula 397 do STJ	198
▶ Prazo para cobrança de contribuições previdenciárias. Art. 174 do CTN: 5 anos	198
■ Súmula Vinculante 8 do STF.....	198
■ Fato gerador ocorrido entre a EC 08/77 e a vigência da Lei nº 6.820/1980..	198
▶ Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	199
■ Súmula nº 362 do TST	201
▶ Histórico da súmula.....	201
■ Súmula nº 210 do STJ.....	201
■ Prazo para cobrança de crédito rural.....	201
▶ Prescrição da multa administrativa	203
▶ Multas por infrações à legislação trabalhista.....	204
■ Súmula 467 do STJ	205
▶ Prescrição do exercício de ação punitiva pela Administração Federal.....	205
■ Termo inicial do prazo prescricional: data do vencimento da multa.....	205
■ Tarifas de água e esgoto: prazo do CC.....	206
■ Súmula 412 do STJ	207
▶ Receitas patrimoniais: taxa de ocupação, foro e laudêmio	207
■ Marco interruptivo da prescrição.....	209
■ Prazo prescricional da multa decorrente da comunicação extemporânea da transferência da titularidade do imóvel.....	209
▶ Multas penais.....	210
▶ Prazo para a constituição do crédito tributário: decadência	211

☐ Súmula 622 do STJ	211
☐ Decadência: confissão de dívida para fins de parcelamento e constituição do crédito tributário	211
▶ Decadência: ausência de declaração de débito	212
☐ Súmula 555 do STJ	212
▶ Declaração desacompanhada de pagamento	212
☐ Súmula 436 do STJ	213

Art. 3º

▶ Dívida ativa: presunção relativa de certeza e liquidez	213
☐ Necessidade de prova robusta para desconstituir a presunção do título	214
☐ Prova negativa e <i>onus probandi</i>	214
☐ Prova testemunhal não desconstitui, por si só, a presunção do título	215
▶ Declaração de inconstitucionalidade e seus efeitos	216
▶ Excesso de execução e liquidez do título	217
☐ Quando os embargos à execução não versam sobre excesso de execução, mas sobre inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 917, I, do CPC/2015), mostra-se inaplicável o art. 917, § 4º, do CPC/2015 ...	219
▶ Pagamento parcial: anterior e posterior à inscrição	220
☐ O executado tem de comprovar o pagamento parcial feito antes da inscrição	221
▶ Pagamento integral antes do ajuizamento da execução fiscal	221
▶ Ação cautelar de caução prévia à execução fiscal não enseja condenação em honorários advocatícios	222

Art. 4º

▶ Sujeição passiva na execução fiscal	224
▶ Devedor	224
☐ Firma individual	224
▶ EIRELI	225
▶ Responsabilidade do fiador	226
☐ A fiança prestada, por si só, é suficiente para caracterizar a responsabilidade	227
☐ Não cabe exigir do fiador obrigação superior à do devedor principal	227
☐ Falência do executado. Manutenção da garantia prestada	228
▶ Fiador judicial e o CPC/2015	228
▶ Fiança e outorga uxória	229

■ Dispensa de outorga no caso de união estável.....	229
■ Ausência de outorga uxória: nulidade integral da fiança.....	229
▶ Mitigação de regra geral: ninguém pode se beneficiar da própria torpeza ...	230
■ Legitimidade para arguir nulidade: cônjuge que não subscreveu ou seus herdeiros.....	230
■ Prorrogação do contrato e continuidade da garantia.....	231
▶ Espólio	231
■ Responsabilização direta dos herdeiros quando inexistir inventário ou quando houver sido concluída a partilha	231
▶ Redirecionamento da execução fiscal para o espólio	232
■ Súmula 392 do STJ	233
▶ Multas criminais e multas punitivas	233
▶ Responsabilidade legal por dívidas tributárias e não-tributárias.....	233
▶ Responsabilidade do empregador pela retenção e recolhimento das contribuições previdenciárias	234
▶ Apropriação indébita previdenciária: elemento subjetivo	235
■ Princípio da insignificância	235
▶ Sucessão tributária e imunidade recíproca	235
▶ Responsabilização solidária de terceiros. Benefício de ordem.....	236
▶ Assunção de dívida de pessoas jurídicas vinculadas à Administração Indireta: edição de lei específica	236
▶ Responsabilidade do síndico, do liquidante, do inventariante e do administrador.....	237
▶ Concordata.....	237
▶ Inaplicabilidade da responsabilidade pessoal no caso de venda autorizada judicialmente	237
▶ Liquidação.....	238
▶ Aplicação de normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial à toda a Dívida Ativa da Fazenda Pública	238
▶ Dívidas tributárias: art. 134 do CTN.....	239
■ Venda por propostas e leilão público: responsabilidade pelo pagamento de tributos.....	240
▶ Benefício de ordem	240
■ Compete ao juízo especializado da recuperação a análise e decisão de manutenção ou substituição de atos constritivos determinados na execução.....	241
■ Compete ao Juízo da Execução Fiscal determinar os atos de constrição e ao Juízo da Recuperação Judicial exercer juízo de controle e deliberar sobre eventual substituição, mas, não, levantar a penhora – que é de competência do Juízo da Execução Fiscal.....	241

▶ Ordem de preferência dos créditos: aplicação do CTN	242
☐ Na fila de pagamentos da massa falida, o DL ocupa a mesma posição dos créditos tributários, mesmo sem ter natureza tributária	243
☐ Concurso de credores: o crédito tributário tem preferência sobre o produto da arrematação do bem ocorrido em outro processo de execução, ainda que ainda não tenha havido penhora na execução fiscal	243

Art. 5º

▶ Competência para processar e julgar as execuções fiscais. Competência em razão da matéria e funcional: o juízo das execuções fiscais prefere a qualquer outro.....	244
▶ Competência absoluta	245
▶ Falência. Dívida Ativa não se sujeita a concurso de credores	245
▶ Execução fiscal anterior à falência, com penhora realizada antes desta: os bens penhorados não ficam sujeitos à arrecadação no juízo falimentar	245
☐ Possibilidade da Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito objeto de execução fiscal em curso	245
☐ Prerrogativa do Poder Público de optar entre ajuizar execução fiscal ou se habilitar no processo de falência.....	247
☐ Competência territorial: a execução fiscal não precisa ser proposta no foro do juízo falimentar	247
▶ Justiça competente	248
▶ Conselhos de fiscalização profissional. Justiça Federal	248
☐ Súmula nº 66 do STJ.....	248
▶ Multas impostas pelo Ministério do Trabalho. Justiça do Trabalho	248
▶ Multas impostas pela Justiça Eleitoral. Justiça Eleitoral.....	248
☐ Súmula nº 374 do STJ.....	249
▶ Organismos internacionais e Estados estrangeiros. Competência do STF	249
▶ Contribuições ao FGTS	249
☐ Súmula 349 do STJ	249
▶ Conexão e continência	250
▶ Possibilidade de reunião de feitos. Competência do juízo da primeira distribuição.....	251
▶ Competência: ação anulatória ajuizada <i>antes</i> da execução fiscal	251
▶ Apenas no momento em que ajuizada a execução fiscal é que a competência absoluta do juízo da execução determina a reunião dos feitos	252
▶ Síntese.....	254

▶ Competência territorial.....	254
▶ Descompasso entre a previsão do art. 46, § 5º e a realidade da advocacia pública brasileira.....	254
▶ Competência territorial: a competência inculpada no art. 46, § 5º do CPC é relativa.....	255
▶ Mudança de domicílio do executado não desloca a competência.....	256
▣ Súmula 58 do STJ.....	256
▶ Competência da Justiça Federal delegada à Justiça Estadual. MP 651/2014 revogou a competência delegada para o processamento de execuções fiscais.....	256
▣ Execuções propostas antes da alteração legal.....	257
▣ O art. 109, § 3º da CFRB, com a redação da EC nº 103/2019 não afastou essa regra, devendo permanecer na Justiça Estadual as execuções fiscais ajuizadas antes da vigência da referida lei.....	258
▶ Competência funcional.....	258

Art. 6º

▶ Requisitos da petição inicial.....	259
▶ Petição inicial: desnecessidade de identificação na petição inicial dos nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu...	260
▶ Requerimento de produção de provas pela Fazenda Pública.....	261
▶ Produção de provas pelo devedor.....	261
▣ O mesmo Procurador da Fazenda Nacional pode emitir a CDA e atuar na execução fiscal deste débito.....	261
▶ Valor da causa: valor constante na CDA, acrescido dos respectivos encargos legais.....	262
▣ Valor da causa nos embargos de terceiro: valor do bem penhorado.....	262
▶ Averbação premonitória.....	263
▶ Medida facultativa que gera presunção absoluta.....	263
▣ Súmula 375 do STJ.....	264
▶ Súmula 375 do STJ e o CPC/2015.....	264
▶ Bens não sujeitos a registro.....	265

Art. 7º

▶ Indeferimento da petição inicial.....	265
▣ Em execução fiscal, descabe indeferir a inicial, em razão da falta de indicação do CPF ou RG do executado.....	266

▶ O arresto como medida substitutiva da penhora.....	267
▶ Possibilidade de arresto antes mesmo da citação.....	268
☐ O registro da penhora ou arresto, independentemente do pagamento de custas e outras despesas	270
☐ A isenção abrange apenas as custas efetivamente estatais.....	271
☐ Parcelamento e manutenção do bloqueio de ativos via BACENJUD.....	271
☐ Resumo.....	272

Art. 8º

▶ Formas de citação na execução fiscal	273
☐ Citação por edital: cabível, após frustradas as demais modalidades.....	274
☐ Súmula 414 do STJ	274
▶ Na execução fiscal, a citação por edital não depende de arresto prévio. Suficiência do esgotamento dos meios pessoais de citação.....	274
▶ Revelia e nomeação de curador especial.....	275
☐ Súmula 196 do STJ	275
▶ Citação postal: presunção de efetiva citação com a entrega do mandado no domicílio do executado	275
☐ Súmula 429 do STJ	276
☐ A Fazenda exequente não precisa adiantar o pagamento das despesas com a citação postal. (ver art. 39).....	276
▶ Posturas do executado	277
▶ Prazo para pagamento. Distinção entre os regimes da LEF e do CPC	277
▶ Redução dos honorários advocatícios	277
▶ Os encargos legais do Decreto-Lei nº 1.025/1969	277
▶ Abrangência da norma: autonomia dos entes federados e aplicabilidade às execuções estaduais e municipais	278
▶ Parcelamento	278
▶ Pedido de parcelamento e oposição de embargos: comportamento contraditório.....	278
▶ Direito potestativo do executado.....	279
☐ Parcelamento tributário. Atos infralegais não podem tratar de requisitos não previstos na lei de regência do benefício.....	279
▶ O contribuinte pode parcelar débitos isoladamente, ainda que digam respeito à mesma CDA.....	280
☐ O parcelamento tributário pleiteado por um dos devedores solidários não implica renúncia à solidariedade em relação aos demais coobrigados.....	280

▶ Citação do executado ausente do país.....	282
▶ Interrupção da prescrição pelo despacho que ordenar a citação.....	283
▣ Processos nos quais o despacho citatório ocorra na vigência da LC 118/2005: aplicabilidade imediata da interrupção da prescrição.....	285
▣ Execução fiscal não tributária: interrupção da prescrição com o despacho que ordenar a citação	286
▣ Execução fiscal tributária. A mera prolação do despacho que ordena a citação do executado não produz, por si só, o efeito de interromper a prescrição	287
▣ A demora na citação, por motivo inerente ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência.....	289
▣ Súmula 106 do STJ	290

Art. 9º

▶ Garantia da execução e discussão da dívida	291
▶ Oferta antecipada de garantia.....	291
▣ Caução ofertada antes da propositura da execução fiscal	292
▣ Fisco não pode recusar caução de imóvel cujo valor supera o da dívida tributária	292
▶ Fiança	293
▶ CPC/1973.....	293
▶ Lei nº 13.043/2014	294
▶ CPC/2015.....	294
▶ Cenário atual	294
▶ Substituição da penhora. Acréscimo de 30% e sua aplicabilidade às execuções fiscais	295
▣ Possibilidade de substituição da carta de fiança pelo seguro garantia	296
▶ Substituição da carta de fiança bancária por seguro garantia não demanda o acréscimo de 30% sobre o valor do débito.....	297
▣ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário	298
▣ Súmula 112 do STJ	300
▣ Crédito <i>não-tributário</i> : possibilidade de suspensão da exigibilidade mediante a apresentação de fiança bancária ou de seguro garantia judicial, desde que não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de 30%.....	300
▣ Fiança bancária e certidão positiva com efeitos de negativa	301
▶ Seguro-garantia judicial: equiparação.....	302
▶ Regulamentação do seguro-garantia no âmbito federal.....	304

☐ Seguro-garantia ou carta de fiança com prazo determinado não garante a execução fiscal.....	305
☐ A Fazenda Pública não tem de ressarcir os valores gastos com seguro garantia.....	305
☐ Liquidação da carta-fiança e do seguro-garantia na execução fiscal condicionada ao trânsito em julgado.....	305
☐ Substituição da penhora. Inexistência de limitação quantitativa.....	306
▶ Acesso do fisco ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS).....	307
▶ Dever do executado de nomear bens à penhora.....	308
☐ Caráter relativo da ordem de preferência da penhora, que deve ser sopesada com o princípio da menor onerosidade.....	310
▶ Nomeação de bens de terceiros à penhora, desde que aceitos pela Fazenda Pública	310
☐ Necessidade de anuência do terceiro proprietário do bem oferecido.....	311
☐ Necessidade de anuência da Fazenda Pública	311
☐ Necessidade de consentimento do cônjuge: apenas no caso de bem imóvel.....	311
▶ Exigência de consentimento do cônjuge para a indicação/oferecimento de bem imóvel à penhora.....	312
▶ Empresário pode alienar ou gravar imóveis da empresa com ônus real, sem necessidade de outorga conjugal	312
☐ Depósito judicial: somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora	312
☐ Súmula nº 112 do STJ.....	313
▶ Depósito integral: abrange os juros e correção que precedem o depósito....	313
☐ As exigências para o depósito são aquelas da data do ajuizamento da execução fiscal	313
▶ Parcela incontroversa e discussão do saldo devedor: possibilidade de pagamento parcial.....	314
▶ Pagamento parcial não suspende a exigibilidade do crédito	314

Art. 10

▶ Penhora: apenas após a citação do executado.....	315
▶ Objeto: qualquer bem, exceto aqueles que a lei declare absolutamente impenhoráveis	315
☐ Validade da penhora de bens de pessoa jurídica de direito privado, sucedida pela União.....	316
▶ Impenhorabilidade do bem de família.....	316

▶ Alcance subjetivo da impenhorabilidade do bem de família: família monoparental, união estável, união homoafetiva, irmãos e até mesmo solteiros.....	316
▣ Súmula 364 do STJ	316
▶ Alcance objetivo da impenhorabilidade do bem de família: imóvel residencial e bens móveis, <i>desde que</i> não tenham caráter suntuoso. Não há limite de valor. A proteção alcança até mesmo o imóvel locado a terceiro	316
▣ Súmula 486 do STJ	317
▣ Súmula 449 do STJ	317
▣ Impenhorabilidade do bem de família: não é necessário que a família resida no imóvel de sua propriedade para que a proteção alcance o bem.....	318
▶ Impenhorabilidade do bem de família: a obra inacabada pode ser protegida como bem de família, ficando excluído da constrição judicial.....	318
▶ Impenhorabilidade do bem de família em construção: devem ser analisados os demais requisitos legais da proteção, inclusive se a dívida é decorrente de obrigação afeta à própria construção.....	319
▶ Possibilidade de se conferir a proteção do bem de família a imóvel em nome da pessoa jurídica, mas utilizado como moradia do sócio. , poderão ser executados bens pessoais do sócio até o limite do valor de mercado do bem subtraído	319
▶ Havendo mais de um imóvel destinado à residência, será impenhorável o de menor valor, salvo a instituição voluntária do bem de família.....	320
▣ Possibilidade de averbação de protesto contra alienação na matrícula de imóvel considerado bem de família	321
▶ Exceções à impenhorabilidade do bem de família.....	322
▣ Para que seja excepcionada a proteção do bem de família, as dívidas tributárias têm de ser oriundas do próprio imóvel.....	322
▶ Má-fé. Executado que adquire imóvel mais valioso como bem de família	323
▣ Impenhorabilidade do bem de família: o executado não pode, espontaneamente, abrir mão da proteção legal. A indicação do bem de família não implica em renúncia ao benefício, por se tratar de norma de ordem pública....	323
▣ Bem de família adquirido no curso de demanda executiva também é impenhorável, salvo má-fé.....	324
▣ Indicação de bem de família à penhora e posterior alegação da impenhorabilidade: ato atentatório à dignidade da justiça	324
▣ A ausência de registro da hipoteca não pode ser utilizada como argumento pelo devedor para afastar a exceção legal e evitar a penhora do bem de família.....	325
▣ Penhorabilidade do bem de família oferecido em garantia hipotecária pelos únicos sócios da pessoa jurídica devedora.....	325
▣ Penhorabilidade do bem de família do fiador nos contratos de locação comercial.....	326

☐ Impenhorabilidade do imóvel rural.....	326
▶ Módulo fiscal	326
▶ Impenhorabilidade do imóvel rural: ônus da prova.....	327
▶ Pensão alimentícia. Impenhorabilidade e exceções	329
▶ Impenhorabilidade de honorários advocatícios.....	329
☐ Penhora de valores recebidos por anistiado político	330
▶ Indisponibilidade de bens e direitos: dívida tributária.....	330
☐ A indisponibilidade de bens e direitos depende do cumprimento de requisitos.....	331
☐ Súmula 560 do STJ	332
☐ Havendo fraude, é possível que, na medida cautelar, seja decretada a indisponibilidade de bens de participantes do ilícito que não integram a execução fiscal.....	332
☐ Havendo fraude, a indisponibilidade de bens na medida cautelar não encontra limite no ativo permanente	332
▶ Defesa do executado pode ser feita de modo incidental	333

Art. 11

▶ Ordem de preferência: a penhora de dinheiro.....	333
▶ A ordem de preferência não tem caráter absoluto.....	333
☐ Súmula 417 do STJ	335
☐ A ordem legal de penhora é estabelecida em favor do credor: não cabe inversão com base na mera invocação do princípio da menor onerosidade....	335
☐ Ordem de preferência da penhora: não cabe ao magistrado recusar a constrição de bens com fundamento na potencial iliquidez dos bens.....	338
▶ Penhora <i>on-line</i> : BacenJud.....	338
☐ Penhora <i>on-line</i> : impossibilidade de determinação antes da citação válida	338
☐ Penhora <i>on-line</i> : desnecessidade de esgotamento das demais vias. A penhora <i>on-line</i> é medida preferencial	339
▶ Penhora <i>on-line</i> : exigência de requerimento expresso do exequente	342
▶ Penhora <i>on-line</i> : penhora de conta bancária conjunta.....	342
▶ Penhora <i>on-line</i> : a manutenção do bloqueio dos ativos após o parcelamento constitui dupla oneração ao contribuinte. Parcelada a dívida, o bloqueio deve ser desfeito	343
▶ Penhora <i>on-line</i> : se o executado consegue identificar os detalhes da operação e foi intimado para se defender, não é necessária a lavratura do termo de penhora <i>on-line</i>	343
▶ Penhora <i>on-line</i> : impugnação do executado ao bloqueio de ativos financeiros	344

▶ Penhora <i>on-line</i> e quebra de sigilo fiscal ou bancário. Meio excepcional, permitido apenas após esgotadas todas as tentativas de obtenção de dados nas vias extrajudiciais.....	345
▶ Constrição judicial sobre ganhos do executado e penhora sobre faturamento: medida excepcional.....	346
▣ A penhora de cotas de fundo de investimento não equivale à penhora em dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	346
▶ Penhora de títulos da dívida pública e títulos de crédito com cotação em bolsa.....	347
▣ Título da dívida pública sem cotação em bolsa: enquadramento no inciso VIII do art. 11 da LEF (“direitos e ações”) e não no inciso II.....	347
▶ Debêntures.....	347
▣ Debêntures da Eletrobrás.....	347
▣ Títulos da dívida agrária. Não se enquadram no inciso II do art. 11 por não terem cotação em bolsa.....	348
▶ Penhora de pedras e metais preciosos.....	349
▣ Penhora de pedras preciosas tem se revelado de difícil consecução prática, de modo que se admite a recusa do bem.....	349
▣ É legítima a recusa quando não houver laudo atestando sua procedência e valor estimado.....	350
▣ O depósito dos bens é feito junto à Caixa Econômica Federal (CEF).....	350
▶ Penhora de veículo.....	351
▣ Penhora de veículo: a restrição de circulação e licenciamento não é automática com a penhora.....	351
▣ O veículo não pode ser penhorado por dívida do devedor fiduciário.....	351
▣ Súmula 242 do extinto TFR.....	352
▣ O impedimento de penhora do bem do devedor fiduciário pressupõe alienação eficaz, requisito inexistente quando verificada fraude à execução.....	352
▣ Penhora de veículo: possibilidade de nova tentativa de restrição.....	352
▶ Penhora sobre os direitos e ações de bem alienado fiduciariamente.....	353
▣ Debêntures.....	353
▣ Debêntures não se confundem com títulos ao portador, emitidos pela Eletrobrás.....	354
▶ Penhora de precatórios.....	354
▶ Precatório: ordem judicial dirigida à Fazenda Pública em virtude de condenação transitada em julgado.....	354
▣ Possibilidade de nomeação à penhora de crédito representado em precatório.....	355

▶ A penhora de precatório equivale à penhora de crédito, e não de dinheiro: Fazenda pode recusar a substituição.....	355
▶ Precatório objeto de cessão de crédito: possibilidade de oferecimento em execução.....	356
☐ Precatório com exigibilidade suspensa. Impossibilidade de oferecimento como garantia, em razão da falta de liquidez do título.....	356
▶ Condições para que o credor possa anuir com a nomeação do precatório..	357
☐ Compensação depende de autorização em lei específica.....	359
☐ Lei autorizativa da compensação deve ser editada no âmbito de cada ente federativo. Princípio da autonomia federativa.....	360
☐ A autorização para a compensação integra a esfera de discricionariedade da Administração Pública de cada ente, não cabendo ao Judiciário interferir nesta decisão.....	360
▶ Não pagamento dos precatórios alimentícios e o sequestro de rendas. Inaplicabilidade.....	365
▶ O STF não pode atuar como legislador positivo: impossibilidade de alterar o sentido inequívoco da norma.....	368
☐ MC na ADI nº 2.356: suspensão da execução do art. 2º da EC nº 30/2000	372
☐ Súmula 406 do STJ.....	374
▶ Construção sobre estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, plantações ou edifícios em construção.....	376
☐ Súmula 430 do STJ.....	376
☐ É admitida a penhora do estabelecimento comercial, quando inexistentes outros bens passíveis de penhora e desde que não seja utilizado como residência da família.....	376
☐ A penhora de mercadorias do estoque não se equipara com a penhora sobre o estabelecimento comercial.....	378
☐ É considerada “construção sobre estabelecimento” a penhora de dinheiro estabelecida sobre percentual do movimento de caixa da empresa executada.	378
☐ A penhora sobre o faturamento da empresa é medida excepcional, condicionada ao preenchimento de determinados requisitos.....	378
☐ A construção sobre o faturamento deve ser fixada sobre um percentual razoável, e não sobre todo o produto da atividade.....	379
☐ Súmula 100 do TJRJ.....	379
▶ Múltiplas execuções: penhora do faturamento deve considerar demais construções já efetuadas.....	379
▶ Conversão da penhora em depósito. Penhora em dinheiro.....	379
▶ Remoção do bem penhorado para depósito judicial.....	380

■ A remoção de bem para depósito judicial depende da aferição, a cada caso, da conveniência ou não da medida, que não se submete ao exclusivo crivo do exequente. O juiz deve avaliar o caso concreto de forma equitativa.....	380
▶ Depositário judicial. Responsabilidade pela guarda e conservação dos bens.	381
■ Depositário judicial que vende bens não pratica peculato.....	381
▶ A ilicitude da prisão do depositário infiel.....	381
■ É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.....	382
■ É inconstitucional a Lei nº 8.866/94, que estabelece a possibilidade de prisão do depositário infiel de débitos tributários.....	382
■ Súmula vinculante nº 25 do STF.....	383

Art. 12

■ Intimação do executado da penhora: termo inicial do prazo para oposição de embargos à execução.....	383
■ O termo inicial para a oposição de embargos é a data da efetiva intimação da penhora, e não a da juntada dos autos do mandado cumprido.....	383
▶ Intimação da penhora mediante publicação no órgão oficial: diminuta aplicabilidade prática.....	384
▶ Intimação pessoal do executado.....	384
■ A intimação pessoal do devedor dispensa a publicação prevista no <i>caput</i> do artigo 12.....	384
■ Súmula 190 do extinto TFR.....	385
▶ O mandado de intimação deve indicar expressamente o prazo para interposição de embargos a execução fiscal.....	385
▶ Comparecimento espontâneo do executado nos autos do processo executivo.....	385
■ Irregularidades na intimação.....	386
▶ Necessidade de intimação do cônjuge no caso de penhora sobre bem imóvel: regra deve ser interpretada à luz do Direito de Família.....	386
▶ A regra apenas se justifica quando o cônjuge tenha, de fato, direito patrimonial a defender.....	387
■ Desnecessidade de autorização ou participação do cônjuge nos embargos à execução.....	387
▶ A execução fiscal e os bens do cônjuge.....	387
■ Súmula 251 do STJ.....	387
■ Súmula 134 do STJ.....	387

☐ Possibilidade de penhora de um bem do casal por dívida de um dos cônjuges, desde que respeitada a meação.....	388
☐ A reserva da meação deve ser feita em cada bem, quando possível.....	388
▶ Tratando-se de bem indivisível, a quota-parte do cônjuge será descontada do produto da alienação.....	388
☐ Súmula nº 134 do STJ.....	389
▶ Ausência de assinatura do executado ou de seu representante no AR da citação enviada pelo correio torna necessária sua citação pessoal.....	390

Art. 13

▶ Avaliação do bem penhorado: oficial de justiça ou perito.....	390
▶ Não é feliz a opção político-legislativa de se atribuir a avaliação dos bens constritos ao oficial de justiça.....	391
▶ O órgão judiciário não fica vinculado ao valor apresentado pelo oficial de justiça.....	391
▶ Impugnação da avaliação.....	391
☐ A impugnação, principalmente quando o feito executivo se encontra em fase de expropriação forçada de bens, necessita estar amparada em situação concreta apta a invalidar a avaliação realizada por oficial de justiça.....	391
☐ O juiz não pode recusar o pedido concernente à nova avaliação do bem, nos moldes previstos pelo § 1º do artigo 13 da LEF.....	392
☐ O Juiz deve determinar, inclusive de ofício, uma nova avaliação do bem sempre que as circunstâncias do caso assim o recomendarem, pois é imprescindível que se proceda à escorreita avaliação dos bens constritos.....	392
▶ Termo de penhora X Auto de penhora.....	393
▶ Oportunização de manifestação das partes, após apresentado o laudo de avaliação.....	394

Art. 14

▶ Registro da penhora ou arresto.....	395
☐ O registro da penhora não é condição de validade, mas da eficácia <i>erga omnes</i>	395
☐ O registro gera presunção absoluta.....	395
☐ Somente a alienação posterior ao registro caracteriza fraude à execução.....	396
☐ Não incide a Súmula nº 375/STJ em sede de Execução Fiscal, de modo que se presume fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas pelo sujeito passivo inscrito em dívida ativa, sem a reserva de meios para a quitação do débito (presunção absoluta).....	396
☐ Súmula 375 do STJ.....	397

Art. 15

▶ Substituição da penhora	398
▣ A substituição da penhora por dinheiro ou fiança bancária é direito do devedor	398
▣ A Fazenda Pública não tem direito de substituir a fiança bancária por penhora de depósito de quantia destinada à distribuição de lucros dos acionistas da empresa devedora, <i>exceto</i> se a fiança se revelar garantia inidônea	399
▶ Princípio da menor onerosidade	399
▣ Para que o princípio da menor onerosidade tenha aplicação deve haver alternativas	400
▶ Reforço da penhora insuficiente	400
▣ A ausência de nova avaliação não obsta o reforço da penhora, se já for possível aferir a insuficiência	401
▣ A penhora insuficiente impede a obtenção de certidão negativa	401
▶ Penhora e posterior adesão a programa de parcelamento fiscal	401
▣ A penhora só pode ser mantida quando for anterior à suspensão de exigibilidade do crédito	403
▶ É constitucional a distinção entre débitos não garantidos e débitos cuja execução fiscal já tenha sido ajuizada	403

Art. 16

▶ Natureza jurídica dos embargos à execução: ação autônoma de impugnação	404
▶ Embargos à execução e garantia do juízo	404
▶ Competência para processamento e julgamento dos embargos	404
▶ A defesa	404
▶ Valor da causa	404
▣ Ausência do valor da causa e indeferimento da inicial	404
▣ O ajuizamento de novos embargos, mesmo ante a desistência dos primeiros antes da citação, enseja a cobrança de novas custas processuais	405
▶ Prazo para oposição dos embargos à execução fiscal	405
▣ Enunciado nº 23 do FONEF (Fórum Nacional de Execução Fiscal)	406
▶ Termo inicial: depósito, juntada da prova da fiança bancária ou intimação da penhora	406
▣ Quando a garantia é expressamente dispensada, o prazo para embargos tem início na data de intimação da decisão que dispensou a apresentação da garantia	406

☐ Recomenda-se a lavratura do termo de penhora, ainda que garantida a execução por depósito ou fiança bancária, caso em que, como regra geral, o prazo para oposição dos embargos terá início com a intimação do devedor do termo.....	406
☐ O prazo para a oposição de embargos, na execução fiscal, é contado da intimação pessoal da penhora, e não da juntada aos autos do mandado que a instrumentaliza, como ocorre no regime da lei processual civil.....	407
☐ Havendo mais de uma penhora nos autos, o marco inicial para a oposição dos embargos será a intimação ao devedor da primeira das constrições estabelecidas, pois os embargos não têm por objeto o ato construtivo, mas a própria execução.....	408
▶ Efeito suspensivo.....	408
▶ Se a penhora for de dinheiro, deve haver efeito suspensivo automático.....	410
▶ Quando se chega à fase satisfativa da execução, os embargos têm efeito suspensivo automático.....	410
☐ Possibilidade de interposição de agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução.....	410
☐ Formação dos autos dos embargos: ação autônoma, atuada em apenso....	411
▶ Aplicação da multa por embargos protelatórios.....	411
☐ Efeito suspensivo dos recursos e execução provisória.....	413
☐ Súmula 317 do STJ.....	413
☐ Na condenação em honorários sucumbenciais, o art. 85, § 3º do CPC/2015 deve ser aplicado também quando a Fazenda Pública for vencedora.....	414
☐ A verba de sucumbência decorrente do juízo de procedência dos embargos à execução fiscal é autônoma em relação àquela devida em face da conseqüente extinção do feito executivo.....	414
▶ A exigência de garantia do juízo: divergência doutrinária.....	415
☐ STJ: É necessária a garantia do juízo para a apresentação dos embargos à execução fiscal.....	415
▶ Pela desnecessidade de prévia garantia do juízo.....	417
☐ Garantia do juízo deve ser afastada se comprovado que o devedor não tem condições de oferecê-la.....	418
☐ Insuficiência patrimonial deve ser comprovada inequivocamente.....	419
☐ Garantia posterior da execução, se encontrados bens.....	419
☐ Garantia do juízo e honorários advocatícios.....	419
▶ Oferecimento de embargos diante de garantia parcial.....	420
☐ A insuficiência da penhora não autoriza a extinção dos embargos do devedor.....	420

▣ Reforço da penhora não pode ser deferido de ofício	421
▣ Executado beneficiário da justiça gratuita e garantia do juízo.....	421
▣ Deve-se aferir a hipossuficiência do executado para garantir o juízo e, não, simplesmente, se goza do benefício da justiça gratuita.....	421
▶ Embargos de terceiro.....	422
▣ Embargos de terceiro: legitimidade: aquele que não foi citado em nome próprio.....	422
▣ Embargos de terceiro: prazo e marco inicial de contagem.....	422
▣ Fungibilidade entre embargos de terceiro e embargos do devedor, <i>desde que</i> preenchidos os requisitos.....	423
▣ Sócio-gerente e o redirecionamento da execução fiscal: embargos do devedor.....	423
▣ Defesa do sócio <i>sem</i> poder de gerência: embargos de terceiro.....	424
▶ Terceiro e a penhora da fração ideal do bem indivisível.....	424
▶ Honorários nos embargos de terceiro.....	424
▣ Súmula 303 do STJ	425
▶ Amplitude da cognição exercida nos embargos à execução.....	426
▶ A inadmissão de reconvenção e a questão das exceções	426
▶ A <i>restrição</i> à compensação: aspectos relevantes	427
▣ É lícita a discussão a respeito da compensação no âmbito dos embargos à execução, <i>desde que</i> se trate de crédito líquido e certo e que haja lei específica autorizativa da compensação.....	427
▣ É permitido ao executado, mediante embargos do devedor, opor compensação realizada, efetivada e reconhecida em processo administrativo ou judicial, com créditos objeto da execução.....	428
▣ Súmula 394 do STJ	429

Art. 17

▶ Impugnação aos embargos à execução.....	429
▶ Intimação da Fazenda Pública.....	429
▶ Da inaplicabilidade do prazo em dobro.....	430
▶ Regra geral de inaplicabilidade dos efeitos da revelia.....	430
▣ A ausência de impugnação não faz presumir verdadeiros os fatos alegados pela parte contrária.....	431
▶ Produção de provas nos embargos à execução fiscal.....	431
▶ Prova testemunhal.....	431
▶ Prova pericial.....	431

▶ Julgamento antecipado da lide.....	432
▶ Revelia e julgamento antecipado da lide.....	433
▶ Julgamento antecipado quando há revelia da Fazenda Pública.....	433

Art. 18**Art. 19**

▶ Manifestação da Fazenda Pública quanto à garantia.....	434
▶ Desfecho do procedimento executivo.....	434
☐ Crime de descaminho: não depende da conclusão da execução fiscal, mas depende do resultado do processo administrativo.....	434
▶ Remição de bens.....	435
▶ Remição X remissão.....	435
▶ Remição da execução X remição de bens.....	435

Art. 20

▶ Execução por carta.....	436
☐ Na execução por carta, o juízo deprecado apenas julgará os embargos que versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, avaliação ou alienação de bens.....	437
☐ Súmula 46 do STJ.....	437
▶ Execução por carta no CPC/2015.....	437

Art. 21**Art. 22****Art. 23**

▶ Alienação antecipada dos bens penhorados.....	438
☐ É possível a alienação antecipada mesmo quando oferecidos embargos do devedor.....	439
▶ Intimação pessoal do representante da Fazenda Pública e do devedor.....	440
☐ Súmula 121 do STJ.....	440
▶ A arrematação.....	440
☐ Súmula 128 do STJ.....	441
☐ Enunciado n.º 193 do FPPC.....	441
▶ Preço vil.....	441

▶ Leilão por iniciativa particular e leilão judicial	442
▶ Termo inicial para os embargos à arrematação	442
▣ No processo de execução, admite-se que o exequente concorra com os estranhos e arremate os bens levados à hasta pública	442
▶ Arrematação e débitos de natureza previdenciária	442
▶ Possibilidade de pagamento parcelado deve constar no edital	444
▶ Pagamento do leiloeiro e demais despesas indicadas no edital	444
▶ A arrematação prevalece sobre contrato de compra e venda não registrado na matrícula do imóvel	445

Art. 24

▶ Adjudicação: faculdade da Fazenda Pública	445
▶ Natureza jurídica da adjudicação	446
▶ A remição do bem prefere à arrematação e à adjudicação	446
▶ A adjudicação prefere à arrematação	446
▶ Adjudicação X dação em pagamento	447
▶ Vinculação ao edital: arrematação e adjudicação	447
▶ Adjudicação antes do primeiro leilão ou quando não houver licitante em ambos os leilões: valor de avaliação	448
▶ O valor da avaliação deve ser corrigido monetariamente	448
▶ “Antes do primeiro leilão”	449
▶ A exigência de preço não inferior à avaliação protege os interesses do executado	449
▶ Fazenda Nacional: adjudicação por 50% do valor da avaliação, quando não houver licitantes	449
▣ Decretada a falência, não pode haver adjudicação por metade do valor da avaliação	451
▶ Havendo licitantes em igualdade de condições	451
▶ Embargos à adjudicação	451
▶ Direito de preferência e igualdade de condições	452
▶ Depósito da diferença, quando a melhor oferta superar os créditos da Fazenda Pública	453

Art. 25

▶ Intimação pessoal do representante judicial da Fazenda Pública	453
▣ Súmula 240 do extinto TFR	454

☐ A intimação pessoal do representante da Fazenda Pública é exigida também quando opostos embargos de terceiro.....	454
☐ O representante judicial da Fazenda Pública deve ser intimado pessoalmente na execução fiscal e também no agravo de instrumento contra ela oposto..	454
☐ Nas execuções fiscais, o representante judicial da Fazenda Pública será intimado pessoalmente, ainda que a ação tenha sido ajuizada em comarca dotada de órgão de imprensa para publicação de atos processuais	454
☐ A prerrogativa de intimação pessoal se aplica também no segundo grau de jurisdição	455
☐ Validade da intimação do representante da Fazenda Nacional por carta com aviso de recebimento nas comarcas do interior onde não há sede da procuradoria	455
☐ A ausência de intimação pessoal enseja a nulidade do feito	455
▶ Autarquias e conselhos de fiscalização profissional.....	456
☐ Súmula 644 do STF	456
▶ Intimação do representante judicial: carga nos autos, remessa ou meio eletrônico.....	456
☐ A intimação da Fazenda Pública em comarca diversa daquela em que tramita o feito executivo fiscal pode ser feita por meio de carta registrada.....	457
☐ Quando a intimação é feita pelo correio, o prazo tem início com a juntada do AR aos autos.....	458

Art. 26

▶ Cancelamento da inscrição de Dívida Ativa até a decisão de primeira instância.....	458
▶ Natureza jurídica e alcance do cancelamento da inscrição.....	459
☐ A extinção do feito em razão do cancelamento da inscrição apenas exonera a Fazenda Pública de arcar com os ônus da sucumbência quando ocorre antes da citação do devedor.....	460
☐ As verbas de sucumbência devem ser suportadas por quem deu causa ao ajuizamento da ação: princípio da causalidade.....	460
☐ Princípio da causalidade. Não são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública em execução fiscal extinta em razão de superveniência de lei que concede remissão de crédito tributário. À época do ajuizamento, a ação tinha causa justificada.....	460
☐ Cabimento de condenação em honorários quando o devedor faz o pagamento extrajudicial antes da citação em execução fiscal já proposta. 1ª Turma do STJ: SIM	461
☐ Condenação em honorários quando a execução fiscal é extinta a pedido do exequente, mas a discussão de mérito permanece em outra demanda.....	462

- ▶ Possibilidade reconhecimento jurídico da procedência do pedido por parte da Fazenda Pública, nos processos em que for ré 463
- ▶ Reconhecimento da procedência do pedido e dispensa de condenação em honorários 464
- ▣ Súmula 153 do STJ 467
- ▣ Referida regra não pode ser aplicada por analogia para as causas envolvendo a Fazenda Pública Estadual 467
- ▶ Atuação do advogado público 468
- ▶ Responsabilidade civil pelo ajuizamento de execução fiscal indevida..... 469
- ▶ Aspectos e impactos da execução fiscal: a execução fiscal em dados..... 470

Art. 27**Art. 28**

- ▶ Se o executado for a Fazenda Pública, não se aplica a regra do art. 27..... 471
- ▶ Reunião de atos e de processos..... 471
- ▣ A reunião de processos e de atos processuais é mera faculdade do juiz e não um dever..... 471
- ▣ Súmula 515 do STJ 472
- ▣ Havendo uma única decisão para os diversos feitos conexos, poderá ser interposto um único recurso, capaz de reverter a medida questionada em todos os processos 472
- ▶ Pressupostos para a reunião de execuções fiscais 472

Art. 29

- ▶ Os créditos executados antes da decretação da falência não se sujeitam ao concurso de credores quando já houver penhora no feito expropriatório..... 474
- ▣ Súmula nº 44 do extinto TFR 475
- ▶ Art. 187 do CTN..... 475
- ▣ A falência superveniente do devedor não tem o condão de paralisar o processo de execução fiscal, nem de desconstituir a penhora realizada anteriormente à quebra 475
- ▣ A execução fiscal não é suspensa pelo deferimento do pedido de recuperação judicial, mas os atos de alienação promovidos sobre o patrimônio das sociedades submetem-se ao crivo do juízo universal de falência e recuperação judicial..... 475
- ▶ Não suspensão das execuções fiscais pela decretação de falência. Possibilidade de substituição dos atos constritivos pelo juiz da falência. Conflito de competência em caso de entendimentos opostos..... 476

▶ O Ente Público pode escolher entre o rito da execução fiscal e a habilitação do crédito no concurso de credores da falência. A habilitação é possível desde que (1) suspensa a execução fiscal e (2) não haja pedido de constrição no feito.....	477
▣ A habilitação de crédito pela Fazenda Pública segue as regras do art. 9º da Lei de Falências.....	477
▶ Coexistência de procedimentos é possível, desde que não haja pedido de constrição no juízo executivo.....	478
▣ A constatação posterior ao ajuizamento da execução fiscal de que a pessoa jurídica executada tivera sua falência decretada antes da propositura da ação executiva não implica a extinção do processo sem resolução de mérito.....	478
▣ Havendo execução fiscal concomitante à execução civil contra o mesmo devedor e pluralidade de penhoras sobre o mesmo bem, o produto da venda judicial deve satisfazer o crédito fiscal em primeiro lugar.....	479
▶ Concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público não foi recepcionado pela Constituição Federal.....	480
▣ Súmula 497 do STJ.....	481
▣ Súmula 563 do STF.....	481
▣ O crédito fiscal não tributário não se submete aos efeitos da recuperação judicial.....	481

Art. 30

▶ Alcance objetivo do feito executivo fiscal.....	482
▶ A inalienabilidade e a impenhorabilidade decorrentes de ato voluntários são ineficazes nas execuções fiscais.....	482

Art. 31

▶ Da necessidade de prova de quitação da Dívida Ativa ou de concordância da Fazenda Pública para que se efetive a alienação nos processos de falência, recuperação judicial, liquidação, inventário, arrolamento ou concurso de credores.....	483
▣ É possível a alienação judicial de bem da massa falida sem a prova de quitação da dívida ativa ou a concordância da Fazenda Pública, desde que realizada com a observância dos requisitos estipulados pela Lei de Falências, sobretudo para a quitação de crédito trabalhista, que prevalece sobre qualquer outro.....	483
▶ Autorização judicial na ausência de concordância da Fazenda Pública.....	484
▶ Concordância da Fazenda Pública sem a prévia comprovação de quitação...	484

❑ Promissário comprador que pagou integralmente o preço de contrato celebrado antes do termo legal da falência deve apresentar certidão de quitação de débitos	484
❑ Sucessão tributária e falência	485

Art. 32

▶ Depósitos judiciais em dinheiro	486
❑ A conversão em renda do depósito em dinheiro ou o levantamento da carta de fiança que garantem a execução fiscal somente é viável após o trânsito em julgado da decisão que reconheceu a legitimidade da cobrança	486
▶ O depósito judicial do montante integral como causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário	486
❑ Súmula 112 do STJ	487
▶ Depósito judicial em dinheiro é direito subjetivo do contribuinte	487
▶ Depósito judicial e extinção do processo sem resolução do mérito	487
❑ Transferência dos valores depositados em ação extinta sem julgamento do mérito para a nova ação	488
❑ Prazo prescricional para a restituição de depósito judicial indevido	488
▶ Constitucionalidade da sistemática prevista na Lei nº 9.703/1998, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais	489
▶ Discussão a respeito da constitucionalidade da LC 151/2015, que dispõe sobre depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais o Estado, o DF ou os Municípios sejam parte	490
▶ Atualização dos valores depositados	490
❑ Súmula 179 do STJ	491
❑ Súmula 271 do STJ	492
❑ Aplicação da taxa Selic como critério de correção dos depósitos referentes a tributos federais: apenas a partir da Lei nº 9.703/1998	492
❑ Aplicação da taxa Selic como critério de correção no âmbito de processos em que o Estado ou o Município são parte	492
❑ A remissão de juros de mora insertos dentro da composição do crédito tributário não enseja o resgate de juros remuneratórios incidentes sobre o depósito judicial	493

Art. 33

▶ Averbação, substituição ou cancelamento do crédito no Registro da Dívida Ativa	493
--	-----

▶ Hipótese e natureza da averbação, substituição ou cancelamento do crédito: atribuição imprópria do juiz, que só existe caso a decisão desfavoreça o Fisco.....	494
▶ Finalidade da averbação, substituição ou cancelamento do crédito.....	494

Art. 34

▶ Cabimento recursal nas causas de até 50 ORTNs: embargos infringentes e de declaração e recurso extraordinário	495
☐ A previsão do art. 35 não afasta o cabimento do recurso extraordinário, sob pena de violação da competência do STF para decidir a respeito de questão constitucional.	496
☐ Súmula 640 do STF	496
▶ Do cabimento de agravo de instrumento nas causas de alçada.....	496
☐ Impossibilidade de manejo de mandado de segurança para atacar sentenças proferidas nas causas de alçada	496
▶ Recursos <i>ex officio</i> em causa de alçada.....	497
▶ Valor das ORTN	497
☐ Com a extinção da ORTN, o valor de alçada deve ser encontrado a partir da interpretação da norma que extinguiu um índice e o substituiu por outro, mantendo-se a paridade das unidades de referência.....	498
☐ Constitucionalidade da limitação dos recursos manejados nas execuções fiscais de até 50 ORTN.....	499
☐ Não cabe agravo de instrumento nas causas de alçada	500
▶ Os embargos infringentes (ou de alçada).....	500
▶ Cabimento dos embargos de alçada.....	500
▶ Embargos de alçada: prazo não é contado em dobro, por se tratar de lei especial	501
▶ Custas, efeito suspensivo e recursos nos embargos de alçada	501
☐ Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade entre os embargos infringentes (de alçada) e apelação	502
☐ Embargos infringentes de alçada em outras demandas que tratam da cobrança de dívida ativa	503
▶ Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias nos embargos de alçada..	503
▶ Execução de valor irrisório: a decisão cabe à Administração Federal, não podendo o Poder Judiciário imiscuir-se nesta análise	504
▶ Cabimento de mandado de segurança nas causas de alçada.....	504
☐ Negar ao ente público a possibilidade de executar seus créditos de pequeno valor sob o fundamento da falta de interesse econômico viola o direito de acesso à justiça.....	505

- Súmula 452 do STJ 505
- As leis que consideram o valor da dívida de pequeno valor, para efeito de dispensar o ajuizamento do respectivo executivo fiscal, não têm aplicação para as execuções fiscais ajuizadas antes da sua edição, segundo diretriz da Teoria dos Atos Processuais Isolados 505

Art. 35

- ▶ Revisor nas apelações..... 506

Art. 36**Art. 37****Art. 38**

- ▶ Outros meios de discussão da dívida: mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida..... 507
- ▶ Ação anulatória ou ação declaratória negativa: a ação anulatória nada mais é do que ação declaratória negativa 507
- ▶ Desnecessidade de depósito prévio para a propositura da ação anulatória... 508
- Efeito suspensivo na ação anulatória: depósito integral ou concessão de tutela antecipada 509
- A execução fiscal em curso não obsta a propositura de ação anulatória..... 509
- A suspensão da exigibilidade do crédito em ação anulatória obsta a propositura de futura execução fiscal..... 510
- Se, no entanto, o depósito na anulatória for posterior ao ajuizamento da execução fiscal, o feito deve apenas ser suspenso 510
- Súmula nº 112 do STJ..... 510
- ▶ Prazo prescricional para a propositura de ação anulatória..... 510
- O prazo prescricional para que o Fisco cobre o débito dos contribuintes começa a fluir do trânsito em julgado da anulação ou da reforma de decisão favorável ao contribuinte 512
- A suspensão de exigibilidade do crédito em razão da antecipação dos efeitos da tutela no juízo cível suspende a prescrição da pretensão punitiva no crime de apropriação indébita previdenciária 512
- A pendência de ação anulatória não implica, necessariamente, em suspensão do processo na ação penal que verse sobre o crime de sonegação fiscal.... 513
- ▶ Fiança bancária e suspensão da exigibilidade do crédito tributário antes do ajuizamento da execução fiscal..... 513
- ▶ Mandado de segurança: cabimento. 514

▶ Mandado de segurança: origem e importância.....	514
▶ Mandado de segurança e suspensão de exigibilidade do crédito tributário...	515
☐ Revogada a liminar, volta a correr o prazo prescricional.....	515
☐ Súmula 405 do STF.....	515
☐ Excepcionalmente, a revogação da liminar pode produzir efeitos <i>ex nunc</i>	516
☐ Mandado de segurança e compensação: cabimento, desde que haja prova pré-constituída.....	516
☐ Súmula 213 do STJ.....	517
☐ Súmula 460 do STJ.....	517
▶ Momento de impetração do <i>mandamus</i> . Mandado de segurança preventivo e repressivo.....	517
▶ Mandado de segurança: prazo.....	517
☐ Súmula 632 do STF.....	517
☐ O termo inicial do mandado de segurança pressupõe a ciência do impetrante do ato.....	517
☐ Já se admitiu a relativização do prazo de 120 dias em prol da segurança jurídica.....	517
▶ Mandado de segurança. Intervenção de terceiros.....	518
☐ Intervenção do <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança.....	519
☐ A inexistência de condenação em honorários sucumbenciais do mandado de segurança se estende também para a fase recursal.....	519
☐ Não cabe sucessão processual no mandado de segurança.....	519
☐ Inaplicabilidade da teoria da causa madura ao recurso ordinário em mandado de segurança.....	519
▶ Equívoco na indicação da autoridade coatora.....	520
☐ Teoria da encampação: requisitos.....	521
▶ Mandado de segurança: sustentação oral.....	521
▶ Exceção de pré-executividade.....	521
▶ Exceção de pré-executividade. Origem histórica.....	522
▶ Exceção de pré-executividade. Cabimento.....	522
▶ Na verdade, o que tem servido de critério para admitir a objeção ou exceção de pré-executividade é a verificação da necessidade ou não de prova pré-constituída.....	522
☐ É possível a alegação de ilegitimidade da parte na exceção de pré-executividade, <i>desde que</i> haja prova pré-constituída.....	523
☐ O juiz pode determinar a complementação das provas, desde que elas sejam preexistentes.....	524
☐ A inconstitucionalidade do tributo pode ser alegada no bojo da exceção de pré-executividade.....	525

▣ Súmula 393 do STJ	525
▶ Exceção de pré-executividade. Custas e garantia do juízo	525
▶ Exceção de pré-executividade. Prazo.....	525
▣ Não há prazo final para a oposição de exceção de pré-executividade, res- salvados os casos de preclusão.....	526
▶ Exceção de pré-executividade. Efeito suspensivo.....	527
▶ Exceção de pré-executividade. Recurso cabível e condenação em honorários advocatícios dependerão do resultado da decisão.....	528
▣ Se a decisão que acolhe exceção de pré-executividade põe fim à execução, o recurso cabível é a apelação, não se aplicando o princípio da fungibilidade recursal. Se a decisão prossegue quanto uma das partes, cabe agravo de instrumento.....	528
▣ O acolhimento da execução implica em condenação da Fazenda Pública, ao passo que, sua rejeição implica apenas no prosseguimento da execução, sem condenação do executado em honorários.....	528
▣ A extinção parcial da exceção enseja condenação em honorários. É cabível a fixação de honorários em execução fiscal não extinta quando o sócio é excluído do polo passivo	531
▣ Renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa: constitucionalidade do dispositivo.....	533

Art. 39

▶ Custas, emolumentos e despesas em sentido estrito.....	534
▶ Natureza jurídica das custas e emolumentos: taxa	534
▶ O pagamento de custas e emolumentos pela Fazenda Pública.....	534
▶ Honorários de perito, assistente técnico e outras despesas em sentido estrito....	535
▣ Dever de ressarcir as despesas adiantadas pelo particular, caso a Fazenda Pública reste vencida.....	535
▣ Emolumentos cartorários	537
▣ A esfera em que tramita a execução fiscal é irrelevante para determinar a aplicação do dispositivo	537
▣ Não há dispensa quanto pagamento antecipado das despesas com o trans- porte dos oficiais de justiça ou peritos judiciais.....	538
▣ Súmula 178 do STJ	538
▣ Súmula 190 do STJ	539
▣ Súmula 232 do STJ	539
▣ Súmula 462 do STJ	539
▣ Súmula 483 do STJ	539

- ❑ É inconstitucional lei estadual que obriga a Fazenda Pública a antecipar o pagamento das despesas de diligência dos oficiais de justiça. Competência privativa da União, por se tratar de norma de processo civil. No entanto, mantém-se a obrigatoriedade, em razão da Súmula 190 do STJ..... 539
- ❑ A isenção do art. 39 abrange despesas com citação postal, mas, não com deslocamento de oficiais de justiça 539

Art. 40

- ▶ Constitucionalidade do art. 40: desnecessidade de edição de lei complementar 540
- ▶ Suspensão da execução quando não localizado o devedor, nem encontrados bens passíveis de constrição 541
- ▶ A suspensão apenas ocorrerá se, além de não localizado o devedor, não forem encontrados bens penhoráveis..... 542
- ▶ Alteração legislativa e prescritibilidade da dívida ativa 542
- ▶ O arquivamento dos autos não acarreta a extinção do feito executivo..... 543
- ▶ Prescrição intercorrente. Possibilidade de reconhecimento de ofício, desde que haja prévia intimação das partes..... 544
- ❑ É dispensável a intimação da Fazenda Pública do arquivamento da execução, quando decorrente da suspensão por ela mesmo requerida 545
- ▶ O decreto de prescrição intercorrente feito sem prévia oitiva da Fazenda Pública pode ser convalidado, se o ente não demonstrar em seu recurso efetivo prejuízo suportado..... 545
- ▶ O reconhecimento da prescrição ocorrida antes da propositura e a necessidade de prévia oitiva da Fazenda Pública: mudança de paradigma..... 546
- ❑ Súmula nº 409 do STJ..... 548
- ❑ No que tange aos crimes contra a ordem tributária previstos nos incisos I a IV da Lei nº 8.137/90, a prescrição do crédito tributário em execução fiscal, qualquer que seja sua modalidade, não justifica o trancamento da ação penal correspondente..... 548
- ❑ A garantia do crédito na execução fiscal não configura hipótese de extinção da punibilidade ou de suspensão do processo por crime tributário..... 549
- ❑ Na apropriação indébita previdenciária, o pagamento do débito, a qualquer tempo, ainda que após o trânsito em julgado da condenação, é causa de extinção da punibilidade do agente..... 550
- ❑ O dolo de não recolher o tributo, de maneira genérica, não é suficiente para preencher o tipo subjetivo do crime de sonegação fiscal (art. 2º, II, da Lei 8.137/90) 550
- ❑ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes contra a ordem tributária. Critério definido pelo Ministério da Fazenda **XISBO**

❑ O parâmetro vale, a princípio, apenas para os crimes que se relacionam a tributos federais	552
❑ O parâmetro não pode ser aplicado para crimes tributários estaduais, devendo ser observada a lei estadual e a autonomia do ente.....	552
❑ Crime de contrabando e o princípio da insignificância	553
❑ Aplicação do princípio da insignificância aos crimes de descaminho	554
▶ Créditos tributários. Termo inicial do interregno preclusivo: data em que se encerra o período de um ano de suspensão do processo.....	555
❑ Sistemática para a contagem da prescrição intercorrente	556
❑ Súmula 314 do STJ	558
❑ A prescrição intercorrente pode ser decretada até mesmo em execuções fiscais iniciadas anteriormente à edição da Lei nº 11.051/04, que a instituiu no âmbito da LEF	558
❑ Prescrição intercorrente na legislação processual civil.....	558
❑ A verificação de responsabilidade pela demora na prática dos atos processuais implica indispensável reexame de matéria fático-probatória, o que é vedado na via do Recurso Especial.....	559
▶ Dispensa de prévia oitiva da Fazenda Pública para o arquivamento das execuções de valor inferior ao mínimo fixado pelo Ministério da Fazenda.....	559
▶ Inaplicabilidade da regra às execuções fiscais dos demais entes federados ...	560
❑ No âmbito federal, a execução fiscal de valor igual ou inferior a vinte mil reais deve ter seus autos arquivados, sendo reativada se os valores ultrapassarem esse limite	560
❑ Execuções de créditos das autarquias federais. Inaplicabilidade da regra	561
▶ Conselhos de fiscalização profissional. Inaplicabilidade da regra.....	561
❑ Súmula 583 do STJ	562

Art. 41

▶ Dever de manutenção do processo administrativo na repartição competente. Garantia de ampla defesa	562
▶ Juntada do processo administrativo: desnecessidade.....	562
❑ Excepcionalidade da requisição de cópias do processo administrativo pelo magistrado. Exigência de impedimento comprovado do acesso.....	563

Art. 42

▶ Período de vacância	564
▶ “Revogadas as disposições em contrário”	564